

Cinco Países – Um Destino? *

*Alexander Zhebit***

Resumo. A análise da fragilidade e da dicotomia de uma nova coalizão da governança mundial, denominada BRICS, identifica três principais fatores de divergência no seu âmbito – a diferença identitária e as distinções de interesses comuns dos dois subgrupos - o IBSA e os RICs; focos de conflitos latentes entre a China e a Índia e a diferença entre a China e os restantes; o contraste entre os interesses nacionais e comunitários, como uma eventual linha divisória na coalizão, se e quando os objetivos comuns do grupo forem alcançados. A estratégia de ser optada pelo Brasil neste contexto ambíguo e incerto apresenta a complexidade de decisão e das táticas diplomáticas no âmbito dos BRICS com vistas a um surgimento das tendências de divisão e de interesses conflitantes.

Palavras-chave: BRICS; IBSA; RIC; Relações russo-chinesas; Relações sino-indianas; Política externa brasileira.

Five Countries: One destiny?

Abstract. An analysis of the fragility and the dichotomy of a new coalition in world governance called BRICS identifies three main divergent factors in its wake – the identity difference and the distinctions in common interests of the two subgroups, IBSA and RICs; underlying conflicts between China and India and the difference between China and the other countries; the contrast between national and communitarian interests, such as an eventual dividing line in the coalition if and when the common aims of the groups are achieved. The strategy adopted by Brazil within this ambiguous and uncertain context shows the complexity of the decision and the diplomatic tactics within the BRICS community with regard to the rise of trends of division and conflicting interests

Keywords: BRICS; IBSA; RIC; Russian-Chinese relationships; Chinese-Indian relationships; Brazilian foreign politics.

* Artigo recebido em 12/12/2011. Aprovado em 10/01/2012.

** Doutor em História de Relações Internacionais. Professor-adjunto da Área de Estudos de Relações Internacionais. Programa de Pós-graduação em História Comparada, UFRJ, Rio de Janeiro. E-mail: alex@cfch.ufrj.br

Cinco Países: ¿Un destino?

Resumen. El análisis sobre la fragilidad y la dicotomía de una nueva coalición de gobierno mundial, denominada BRICS, identifica tres factores principales de divergencia en su ámbito: la diferencia identitaria y las distinciones de intereses comunes de dos subgrupos (el IBSA y los RICs); focos de conflicto latentes entre China e India, y la diferencia entre China y los restantes; el contraste entre los intereses nacionales y comunitarios, como una eventual línea divisoria de la coalición, siempre que los objetivos comunes del grupo fueren alcanzados. La estrategia a seguir por parte de Brasil en este contexto ambiguo e incierto presenta la complejidad de decisión y de las tácticas diplomáticas en el ámbito de los BRICS, en vista del surgimiento de las tendencias de división y de intereses en conflicto.

Palabras clave: BRICS; IBSA; RIC; Relaciones ruso-chinas; Relaciones chino-hindúes; Política externa brasileña.

Abordando a problemática dos BRICS, não se pode deixar de reparar no fato de este agrupamento dos países ainda ter uma vida curta, cheia de propósitos ambiciosos, repleta de objetivos alvissareiros, mas ainda sem uma experiência de vivência comum suficiente, para que se possa julgar se esta coalizão aleatória, frágil e oportunista, porém, oportuna e bem intencionada, possa ter uma persistência institucional e solidez política suficiente para sobreviver até a suposta data, em que teria atingido o seu auge global, ou seja, o ano de 2050.

A formação desta nova coalizão de governança global recua ao ano 2006, quando começou o processo da interação diplomática multilateral dos quatro países no âmbito das sessões das Assembleias Gerais das Nações Unidas, coroando-se com a fundação de um fórum de consultas políticas regulares no mais alto nível, durante a reunião de cúpula em Ekaterinburg, Rússia, em 2009. Se antes do início deste processo político intergovernamental

os países-gigantes em análise não se agrupavam e foram geralmente contemplados em separado, então, a partir de 2009, o grupo BRIC é tratado como um conjunto coeso, constituindo-se em uma coalizão, quase que natural. Em pouquíssimo tempo em termos históricos um passo gigantesco é dado em direção à cooperação quadrilateral e logo em seguida, pentagonal.

A imaturidade deste projeto político é observada no fato de esta coalizão de países ser aleatória e não possuir uma motivação racional de união em termos políticos, militares, econômicos ou regionais, porque a ideia de sua formação desafia a lógica de construção regional, a passos lentos, mas seguros, de interesses comuns na política, na segurança, na economia ou na integração. Conforme propósitos de regionalismo, tanto em relação à integração quanto à segurança, mais lógico seria se a Rússia cooperasse com a Europa Central e Ocidental, a China e a Índia com o Sudeste Asiático, o Brasil com a América do Sul e a África do Sul com o continente africano. Enquanto tal raciocínio tradicional se depara com inúmeras variáveis e entraves na política regional, é de se supor que o modelo futurístico dos BRICS possa enfrentar um número ainda maior de incertezas e de imprevisibilidades.

É uma coalizão frágil porque não possui instrumentos de defesa ou de coerção tangíveis, para que se possam proteger os interesses comuns ou fazer vigir a vontade comum de todos, se os interesses da coalizão convergissem ou fossem postos em xeque.

É uma coalizão oportunista, fundada com o objetivo de um aproveitamento das posições regionais e globais deste grupo com o fim da fortificação dos interesses de seus membros, desde que não sejam interesses conflitivos entre cada um dos membros da coalizão.

Antes que se possam aprofundar as teses acima expostas, cabe dizer que cada uma delas enfrenta contra-argumentos que de certo modo desvalorizam as afirmações feitas acima. Assim falando, o que entendemos sob

o termo “racional” é a tentativa de enxergar o que se esconde atrás do termo BRICS além da aparência e declarações – um construto político de *wishful thinking* ou um consenso multilateral que veio a se reproduzir em termos de uma instituição, movida pelos objetivos compartilhados?

Quando se põe em questão o motivo regionalista, deve se estender a análise ao fenômeno de globalização, o que pode contribuir com uma argumentação plausível para a instalação de uma rede transgovernamental, mesmo fortuita e temporária, que estes atores dispersos e diversamente motivados, estabeleceram entre si.

A alusão à fragilidade deste agrupamento internacional não lhe tira a coesão moral e identitária, o poder “suave” e o respaldo das normas internacionais legais, que podem se constituir em um conjunto de fatores mais influente do que a manifestação do poder bélico ou da ameaça de coerção.

Finalmente, o oportunismo das decisões políticas pode explicar uma reação de curto prazo à evolução visível da política internacional, cujo contexto não evidencia, à primeira vista, uma crise global maior (BIANCHERI, 2010), não vislumbrada com clareza pelos organismos de governança mundial, voltadas para enfrentar mais particularmente a atual crise financeira internacional dos atores estatais envolvidos, mas não exatamente uma crise sistêmica que atinge aos próprios organismos de governança.

Mais uma objeção aos BRICS refere-se ao questionamento sobre a permanência de sua unidade institucional e a possibilidade da sobrevivência da rede até 2050. É impossível prever o destino dos cinco gigantes emergentes ou de sua coalizão, mesmo porque as taxas de crescimento dos PIBs deles não estão garantidas na incidência das crises internacionais de toda ordem, desde financeira até ambiental, bem como variáveis da evolução interna destes países, sobretudo, as da China e da Rússia, poderiam pôr em xeque e fazer fracassar previsões econômicas, feitas nos moldes da Goldman Sachs. O problema não

reside na ausência de provas de que o lapso tão significativo do tempo não nos permite fazer tais suposições. O que é questionado são os pontos de divergência que estariam trabalhando contra os pontos de convergência dos BRICS, fomentando tensões e conflitos que deveriam ser encarados não necessariamente no contexto grupal dos BRICS, mas no âmbito dos interesses nacionais de cada um desses países. Enfim, quais interesses constantes e duradouros, que valores comuns vinculariam estes países assim fortemente, senão fossem considerações imediatistas, voltadas, acima de tudo, às oportunidades que surgiram a partir do desafio à arquitetura política internacional, diante de uma crise financeira global e em face de uma evidência da desestruturação da unipolaridade?

O objetivo deste artigo é, avaliando objetivamente a cooperação multilateral dos BRICS, apontar várias dicotomias e tensões dentro de e entre os BRICS, que são ou seriam embriões de futuros desacordos e eventuais conflitos, cuja possível evolução não permite vislumbrar com clareza o “destino manifesto” *BRICSense*, segundo imaginado pelos líderes da coalizão. *Primeiro*, tratar-se-ia, principalmente, da dicotomia entre o IBAS e os RIC, cujas formações e cujas evoluções precedem o surgimento dos BRICS. *Segundo*, apontar-se-iam continuadas tensões entre os parceiros dos RICs, que somente a partir de 2000 começaram a se aliviar. *Terceiro*, o fator Brasil nestas equações da governança global deveria ser avaliado para dar consistência aos propósitos da coalizão.

Tanto o Fórum IBAS quanto os RICs são anteriores aos BRICS. O IBAS (Índia – Brasil – África do Sul) foi criado em 2003, baseado na premissa conceitual da promoção do diálogo Sul-Sul e da cooperação entre os países em desenvolvimento. Estabelecido como um grupo informal dos três países, o IBAS se reúne periodicamente em vários níveis, inclusive o mais alto, a fim de discutir perspectivas de cooperação multilateral num novo contexto mundial. A

estrutura atual do IBAS compreende 16 grupos de trabalho e oito fóruns de interação de caráter mais abrangente. O IBAS incentiva a cooperação entre as novas lideranças regionais, emergentes do mundo em desenvolvimento, tanto com o intuito de enfrentar os problemas globais que afetam especificamente este grupo de países – desigualdades econômicas, tecnológicas e sociais, pobreza, violência, mudança climática e epidemias, entre vários outros, quanto para questionar as injustiças políticas e a estrutura antiquada da ordem internacional vigente.

Outra dimensão na qual o IBAS se desenvolveu foi a da cooperação para terceiros países, por meio do Fundo de Combate à Fome e à Pobreza. O Fundo, administrado pelo PNUD e cuja criação foi decidida em 2004, recolhe, por ano, um milhão de dólares de cada um de seus membros. No universo da cooperação internacional, não significa um volume expressivo de recursos. O Fundo, não obstante, tem causado impacto, tanto assim que foi premiado na Organização das Nações Unidas por seu papel inovador e como exemplo de cooperação Sul-Sul (MOURA, 2010, p. 202).

A IV Cúpula do IBAS realizou-se em abril de 2010 em Brasília, junto com a II Cúpula BRIC, indicando a aproximação entre as duas coalizões. Mas é importante ressaltar que, apesar da adesão da África do Sul nos BRICS em 2011, o IBAS não se fundiu com os BRICS, ao ter mantido sua identidade valorativa, ligada ao diálogo Sul-Sul e ao ter distinguido a sua pauta da dos BRICS. A V Cúpula do IBAS deveria ocorrer em 18 e 19 de outubro de 2011.

A pauta do IBAS foi incorporada na base conceitual dos BRICS e parcialmente antecipou sua pauta em relação aos problemas do desenvolvimento, formando uma plataforma valorativa para a aproximação entre a China e a Rússia com o IBAS, mas ao mesmo tempo indicou a divisão no meio dos BRICS, “entre os que se esforçam para consolidar as posições dos

países gigantes emergentes e os que preferem tratar isto com cautela (a China e a Federação Russa)” (MARTYNOV, 2009, p. 94).

Conforme Celso Amorim, ex-Chanceler brasileiro nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a dicotomia entre o IBSA e os BRICs é evidenciada pelos participantes das negociações multilaterais:

Se você comparar a declaração do Ibas com a do Bric ... , verá que a do Ibas é muito mais substancial na parte política do que do Bric. No caso do Bric ... trata-se de um grupo que guarda algumas assimetrias internas. Atuamos juntos nas questões econômico-financeiras. E em algumas outras questões gerais. Acho que o grupo ajuda, digamos, a redefinir a geografia política mundial. Vai continuar atuando, mas com limitações. Se vocês procurarem na declaração do Bric, não encontrarão nada sobre o Irã. Se procurarem na do Ibas, sim. Isso será assim por algum tempo. Provavelmente, vocês encontrarão muito pouco sobre direitos humanos. Na declaração do Ibas, verão referências a direitos humanos, Oriente Médio e tudo mais. Mas eu não acredito que isso afetará no futuro dos Bric (AMORIM, 2011, p. 309-310).

Tratando-se dos RICs, a ideia do Chanceler russo, Evgueni Primakov, em formar uma parceria estratégica triangular Rússia – Índia – China, lançada em 1998 durante a sua visita oficial à Índia, não recebeu na altura um aceite unânime e incondicional dos governos destes países ou na própria Rússia. As críticas e o ceticismo enfatizaram a rejeição de um propósito estratégico-militar para a futura coalizão.

A iniciativa diplomática do ex-Primeiro-ministro russo, um orientalista pela formação e pela vivência profissional, anunciada durante sua visita oficial à Índia, veio esbarrar contra uma série de objeções fortes e uma frieza de aceitação tanto dentro quanto fora do país, que abalaram propostos fundamentos para uma alternativa sólida na política externa russa. Em primeiro lugar, os interesses estratégicos e políticos da Rússia, da China e da Índia, de um modo geral, coincidindo em assuntos globais, não convergem em assuntos regionais ou divergem em assuntos

concretos. Segundo, seus valores básicos civilizacionais, éticos e culturais são distintos. Terceiro, seus interesses econômicos nas áreas não-conflitantes não são totalmente coincidentes. ... Cada um dos países, em fases diferenciadas do desenvolvimento econômico, poderia cooperar em assuntos comerciais, econômicos, ecológicos, tecnológicos e de investimentos, mas está longe de criar um sistema de parceria estratégica, *à la OTAN*, como podia ter sido visto por Evgueni Primakov. Os termos estratégico-militares de tal parceria não poderiam ser viabilizados nem dentro da ótica de valores comuns, nem dentro de determinados interesses políticos, nem da cooperação nas referidas áreas. O Tratado de boa vizinhança, amizade e cooperação com a China, assinado em julho de 2001, um documento de parceria estratégica e cooperação econômica, não reflete objetivos político-militares, não é um manifesto anti-americano e não visa a criar uma coalizão político-militar que se oponha a quem quer que seja, diferentemente do Tratado de ajuda mútua, firmado entre Stalin e Mao-Tsetung há um meio século. A venda maciça do material bélico russo à Índia não implica alguma parceria estratégico-militar com a Rússia e está se realizando em função da necessidade de uma maior autonomia militar indiana no conflito com o Paquistão e no equilíbrio estratégico com a China (ZHEBIT, 2003, p. 156).

Porém, foi justamente por causa da manifestação cada vez mais persistente da globalização, sob a forma das novas ameaças e novos desafios globais, e pelo distanciamento dos propósitos da cooperação militar trilateral, que a ideia da triangulação política levantou voo. À medida da normalização das relações russo-chinesas e sino-indianas houve fortalecimento das intenções e da vontade política das lideranças dos três países de cooperar no âmbito do enfrentamento das questões de segurança regional, terrorismo internacional, assimetrias globais de desenvolvimento, governança global, segurança energética e alimentar, entre outras.

Uma conferência científica internacional “Rússia – China – Índia e desafios da globalização. Perspectivas da cooperação trilateral”, realizada pela Academia de Ciências da Rússia em setembro de 2001, enfatizou o item

prioritário na pauta das relações entre os três países - a cooperação estratégica trilateral (РОССИЯ; КИТАЙ; ИНДИЯ, 2007, p. 2).

A discussão da proposta da formação do fórum de diálogo dos RICs e da institucionalização dos RICs (G-3) começou com encontros dos chanceleres dos três países no âmbito da ONU desde 2003 e se intensificou a partir da Conferência sobre medidas de confiança na Ásia em Alma-Ata (Cazaquistão) em outubro de 2004. O primeiro encontro dos ministros de relações exteriores, fora do âmbito da ONU, foi realizado em junho de 2005 em Vladivostoque (Rússia). Até agora aconteceram dez encontros dos chanceleres dos três países, o próximo planejado para o segundo semestre de 2011. Houve encontros de alto nível neste mesmo formato internacional, o primeiro dos quais aconteceu em São Petersburgo (Rússia) em julho de 2006. As relações se multiplicaram, dando um forte incentivo da diplomacia transgovernamental para diversos setores de cooperação, desde indústria, energia, comércio, agricultura, emergências naturais, saúde, intercâmbios científicos e tecnológicos até o combate aos desastres naturais e ao terrorismo.

Segundo o Chanceler russo, Serguei Lavrov,

A nossa opinião comum é que os RICs se consolidaram como elemento importante da ordem mundial multipolar em formação. A interação no âmbito dos RICs possui uma base sólida porque se alicerça sobre a unidade de interesses nacionais fundamentais da Rússia, da Índia e da China. Excepcionalmente importante é o fato de todos os três países serem parceiros estratégicos entre si. É difícil sobrevalorizar neste sentido o significado da interação entre os nossos três países para a paz e o desenvolvimento da região da Ásia e do Pacífico. (Tradução livre) (СТЕНОГРАММА, 2010, p.1).

Para justificar a existência paralela dos BRICS e dos RICs, ele acrescentou,

eu não faria a questão: se há os BRIC, Organização de Cooperação de Xangai, porque se reunir no formato trilateral. Partindo desta lógica, pode-se dizer que temos a Organização das Nações Unidas e não precisamos mais nada. ... Segundo a nossa opinião comum, mesmo com o desenvolvimento paralelo de outros formatos, em que os nossos países participam, os RICs têm o seu valor específico (Tradução livre). (CTEHOIΓPAMMA, 2010, p. 3).

Evidentemente os dois organismos – o IBAS e os RICs foram criados para resolver problemas de patamares diferentes, a partir dos ângulos distintos. Os interesses que unem estas potências em crescimento nestas estruturas com objetivos diferentes não coincidem na sua totalidade. Se o IBAS prioriza a cooperação em prol de desenvolvimento, os RICs veem a sua razão de cooperação no fortalecimento da segurança regional em face dos problemas globais. Por isto, a dissolução destas estruturas por causa da formação de novas, mesmo abrangendo a totalidade dos Estados-membros, como acontece nos BRICS, não seria uma justificativa política plausível. No entanto, o pertencimento a estas estruturas cria tanto as bases para a cooperação, quanto à manutenção de atitudes distintas que futuramente poderiam prejudicar a cooperação sobre assuntos que envolveriam paradigmas diferentes, por exemplo, os de segurança *vs.* os de desenvolvimento.

Com o surgimento dos BRICS, os conflitos existentes, abertos ou latentes, entre seus componentes começaram a ser tratados dentro da expectativa de sua solução ou então relegados ao segundo plano, com vistas à cooperação mais premente frente aos desafios globais. Porém, os conflitos não desapareceram e de vez em quando ressurgem mediante posturas não condizentes com o novo espírito da cooperação transgovernamental.

O que não pode ser subestimado nos BRICS são as relações políticas, ideológicas, econômicas e comerciais bilaterais. Estes países viveram múltiplos

e graves períodos de conflitos e de tensão entre si. O contexto do pós-Guerra Fria possibilitou que antigas arestas fossem aparadas, assim favorecendo uma aproximação entre todos eles. Um novo capítulo das relações pós-Guerra Fria, aberto por esta aproximação inédita entre os BRICS, não pré-estabeleceu que estas relações seriam permanentemente firmes, inalteráveis e imunes a quaisquer perturbações ou mudanças de rumos. Esta nova perspectiva obrigamos a acompanhar as tendências do relacionamento bilateral e trilateral crescente entre os BRICS, por um lado, e por outro, observar o processo da evolução dos BRICS no contexto econômico, político e social global como um todo, sem que nos esqueçamos dos campos minados e dos setores controversos em que os interesses podem entrar em choque, afetando a cooperação pentagonal.

O *tandem* das políticas externas, russa e chinesa é definitivamente responsável pela iniciativa da criação dos BRICS em termos organizacionais e operacionais. Isto se explica pelo fato de a Rússia ter assumido nos anos 2000 um rumo de política externa direcionado aos países da Ásia e do Extremo Oriente, em parte, pela desilusão com a experiência da parceria com os países ocidentais nos anos 1990 e em função de assumir a aproximação política com a China e a Índia, quando a atuação dos dois países na política internacional ainda estava à deriva no ínterim indefinido do pós-Guerra Fria.

A ênfase sobre o vetor oriental-asiático da política externa da Rússia (ЛУЗЯНИН, 2007, p. 320-339), incrementado e destacado no final do governo Yeltsin e no início do governo Putin, contribuiu com três principais sucessos das diplomacias russa e chinesa. Foi celebrado o Tratado de boa vizinhança, amizade e cooperação russo-chinês em 2001.¹ Foi finalizada, em 2004, a

¹ A mais importante contribuição estratégica do Tratado consiste na afirmação mútua que as partes não seriam primeiros a usar armas nucleares, não apontariam armas estratégicas nucleares uma contra outra e começariam consultas mútuas em casos de ameaças à paz e à segurança internacionais.

negociação do acordo que eliminou reivindicações, referentemente às questões do traçado da fronteira entre os dois países ². Finalmente, a percepção da ameaça à estabilidade política e étnica de todos os três países, que provem do radicalismo e do extremismo na região, foi uma das principais razões para a criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), em 2001, uma organização internacional de novo tipo, “novo modelo de integração geopolítica”, (ШАНХАЙСКАЯ, 2006, p. 5), diferente dos blocos político-militares e econômicos existentes. A Rússia e a China foram os membros fundadores da OCX, enquanto a Índia entrou no organismo com o status de país-observador. Na ausência de uma estrutura regional de segurança na Ásia-Pacífico, o surgimento de uma organização cooperativa de enfrentamento às ameaças regionais e globais, como o terrorismo internacional, proliferação de armas nucleares, crime transnacional, narcotráfico, bem como aos problemas decorrentes da guerra no Afeganistão e dos conflitos na região, preencheu um vazio de poder internacional na área muito sensível aos RICs – a Ásia Central.

A adesão da Índia ao processo da cooperação trilateral foi um pouco posterior ao engajamento russo-chinês. A cooperação e as relações de boa vizinhança entre a Índia e a União Soviética foram estabelecidas em 1949, tendo sempre um perfil político e econômico elevado para ambos os países. Com os altos e baixos da reforma e da desintegração soviética, elas sofreram um recuo no final dos anos 1980 - início dos 1990 e voltaram a se intensificar, com base num novo Tratado de Amizade e Cooperação entre a Federação Russa e a República da Índia, celebrado em 1993. Em 2000, durante a visita oficial do Presidente Vladimir Putin à Índia foi firmada uma declaração bilateral sobre a parceria estratégica, junto com contratos de fornecimento de armamentos russos, de transferência de porta-aviões e acordo sobre a

² Depois da desintegração da União Soviética, a fronteira da Rússia com os países vizinhos da CEI (Comunidade dos Estados Independente) é superior à fronteira com a China.

cooperação aeroespacial. Em 2003, durante a visita do premier indiano, Atal Bihari Vajpayee, à Rússia foi assinado um documento bilateral de alto perfil político que marcou a fase de uma convergência significativa entre a Rússia e a Índia em assuntos globais – uma declaração bilateral, referente aos desafios globais e ameaças à segurança e à estabilidade internacional.

Segundo o vice-Ministro dos negócios estrangeiros da Rússia, A.Iu. Alekseev,

A alta intensidade dos contatos testemunha a credibilidade e o dinamismo do diálogo Rússia-Índia. Para o nosso país, a Índia tem sido sempre um dos maiores parceiros não somente na Ásia, mas também no mundo em geral. A Índia e a Rússia são tradicionalmente unidas por interesses nacionais de longo prazo, pelo entendimento comum da responsabilidade pela segurança e paz internacionais. A Rússia vê na Índia um dos maiores e influentes estados do mundo, que vem incrementando dinamicamente o seu potencial político e econômico. No dado contexto a nossa parceria estratégica com a Índia, cuja solidez é constituída pela coincidência ou pela proximidade das abordagens pelos nossos dois países da maioria dos assuntos contemporâneos, é percebida na Rússia como um fator de peso na construção de uma ordem mundial democrática e justa. (Tradução livre) (AJIEKCEEB, 2006, p. 107-108).

O interesse da Índia na cooperação trilateral foi acalentado pela discussão dos assuntos regionais e globais no contexto pós-Guerra Fria, que precisavam de uma cooperação política mais abrangente, sobretudo em relação ao terrorismo e à não-proliferação nuclear na própria região asiática. O diálogo construtivo entre a China e Rússia que resultou, primeiro, em uma *détente* e, em seguida, em uma parceria estratégica russo-chinesa foi um incentivo importante e uma espécie de modelo a seguir. A participação da Índia da agenda global dos RICs foi concomitante com a normalização das relações China-Índia, que começou em 2000 e chegou ao seu auge em 2005, durante a visita oficial do premier chinês, Wen Jiabao, à Índia. Foi a partir de 2005 que a Índia se

interessou pelas atividades da Organização de Cooperação de Xangai e participou das consultas trilaterais em nível de chanceleres em Vladivostoque. O comércio bilateral sino-indiano, sinal de um *rapprochement* político, teve crescimento significativo durante a última década.

Porém, apesar de ter sido aberta uma nova página nas relações entre a China e a Índia ainda há razões suficientes de os dois países nutrirem a desconfiança, além de natural espírito de competição. Por um lado, para a China, a melhoria nas relações com a Índia sinaliza uma distensão na fronteira sino-indiana e a possibilidade de incrementar suas relações econômico-comerciais com os países do Sudoeste Asiático (ASEAN), cuja postura em relação à China estava fria e tensa durante a Guerra Fria. Por outro, a política de aproximação, empreendida pela China, pode ser entendida como uma ação de contrabalança às tentativas dos Estados Unidos da América de influenciar a política regional. Ao ter descongelado o acordo de cooperação nuclear e assim reconhecida a legitimidade do programa nuclear indiano, os Estados Unidos procuram controlar a expansão econômica e política da China na Ásia e no Sudeste Asiático, inclusive restringir sua liberdade de manobra na região do Mar da China do Sul (KAPLAN, 2010). O que não pode ser negligenciado é o relacionamento diferenciado da China, por um lado, e da Índia, por outro, com o Paquistão, o que envolve uma equação política extremamente perigosa nesta região do mundo, na qual a China se tem colocado, na maioria das vezes, na balança junto ao Paquistão. Na situação da deterioração das relações estadunidenses com o Paquistão, o fator da China pode se tornar decisivo no isolamento da Índia nas suas tentativas de se tornar uma liderança política e econômica na região da Ásia Central e do Sudeste Asiático, ou seja, minar a ambição indiana de se tornar uma grande potência regional. Além disso, o que divide os dois países economicamente é a questão de segurança energética, ou

seja, os esforços de providenciar fornecimento de gás e petróleo, de que ambos os gigantes precisam tanto.

O armamento acelerado dos dois países durante os anos 1990 e 2000, o responsável pelo qual foi a Rússia, não pode ser deduzido unicamente pelo fato de tanto a Índia, quanto a China, terem adversários regionais tradicionais – o Paquistão para a Índia e o Taiwan e a Coreia do Sul (indiretamente os Estados Unidos da América como aliados do Taiwan e da Coreia do Sul) para a China. Os dois países se armam também, a partir do pressuposto de que o crescimento de seu potencial econômico precisa de um pé militar, bem como em função da desconfiança de que o crescimento do poderio militar de cada um deles pode objetivamente constituir uma ameaça ao outro, embora os argumentos para isto sejam essencialmente regionais.

Outros temores lançam lenha na fogueira da desconfiança mútua.

Thus, China fears that the idea of an “alliance of four democracies” (the US, Japan, Australia and India) proposed by the previous US (Bush) Administration has the aim of “surrounding” China, with India playing the key role in the south. Nor is Beijing oblivious of the ambition of the Indian political elite to score a “final economic victory” over China by 2025-2030. Finally, China is watching with some concern the development of India’s rocketry, including means of delivering nuclear warheads (VOLODIN, 2010, p. 1-2).

Talvez, seja um exagero afirmar que os dois países vivem um pesadelo do “dilema de segurança”: quanto mais se armam, menos seguros se sentem. Mas as declarações indianas, que beiram a beligerância, com relação ao Paquistão, em consequência dos atentados terroristas em Mumbai em 2008 e 2011, e com relação à China em 2010 (ИНДИЯ, 2010, p.1-2) deixam clara a existência da desconfiança entre os dois países em termos estratégico-militares.

As disputadas regiões do Tibete Oriental (Estado indiano Arunachal Pradesh), do Estado Jammu e Kashmir (Aksai Chin) continuarão como pedras no caminho das relações bilaterais até que sejam encontradas soluções mutuamente satisfatórias. Segundo escrevem Rochebloine e Levenson,

Quelle que soit la tournure des événements, le Tibet demeurera au coeur du différend sino-indien. Tant que cette question-là n'aura pas trouvé de solution satisfaisante pour les Tibétains de l'intérieur comme pour ceux de l'exil, et viable pour les deux puissances asiatiques directement liées à son sort, il ne saurait y avoir de véritable stabilité en Chine. Ni, en conséquence, de « réelle harmonie » dans les relations tumultueuses entre New Delhi et Pékin (ROCHEBLOINE; LEVENSON, 2010, p. 435).

Todavia, a reação chinesa tem sido recentemente sempre moderada. O apoio declarado da China à reivindicação indiana de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas demonstra alto grau de prioridade da cooperação política com a Índia na agenda chinesa, e as declarações oficiais chinesas descartam qualquer alusão à ameaça. Segundo o premier chinês, Wen Jiabao,

O desenvolvimento da China e da Índia reflete o crescimento de poder em toda a Ásia e demonstra o progresso dos países em desenvolvimento, declarou o premier chinês, ao ter assinalado que não há conflitos sérios alguns entre os dois países. As partes devem aprender uma com outra em muitos aspectos. A China e a Índia são amigos sinceros e não são inimigos. A amizade bilateral é útil para todos. (Tradução livre) (ВЭНЬ ЦЗЯБАО, 2005, p. 1).

A postura chinesa neste aspecto é explicável: a Índia no Conselho de Segurança da ONU seria um aliado da China dentro do espírito de desenvolvimento e um partidário da estabilidade estratégica na região, interna e externa, por ser um país que combate o separatismo desde a sua fundação.

Além disso, uma Índia nuclear fora do Conselho de Segurança da ONU seria um aliado incômodo demais.

As conclusões tiradas pelos observadores das relações bilaterais sino-indianas acerca do futuro destas relações são um tanto divergentes, uns observam os resíduos conflitantes, outros enfatizam o fator econômico e comercial como um fator importante para a superação das rivalidades.

Segundo KRIPA,

After decades of suspicion and distrust, Sino-Indian relations have become remarkably warm and cordial. Both the powers have moved from enmity to amity and are poised to become strategic partners. But this does not mean that there are no residual concerns. The ultimate shape of the border resolution and China's strategic intentions within the South Asian region and beyond would continue to cause some disquiet in India (KRIPA, 2005, p. 8).

Rusko e Sasikumar, otimistamente, argumentam que a interdependência econômica prevaleceria sobre as posturas conflituosas entre os dois países.

We conclude that, in the likely event that leaders in both Beijing and New Delhi continue to focus on economic advancement as a primary goal, stability and peace in the Sino-Indian relationship will tend to be maintained. In other words, it is not so much the quantity and quality of economic intercourse between Beijing and New Delhi that will mitigate their mutual security vulnerabilities, but rather conscious policy choices in each country to avoid military entanglements during this period of domestic economic consolidation. (RUSKO; SASIKUMAR, 2007, p. 141).

Ao se debruçar sobre os BRICS, o fenômeno contemporâneo chinês há de ser abordado, sendo que ele apresenta um *casus specialis* dentro dos próprios BRICS. Transformando-se, em questão de uns 25 a 30 anos, em um gigante econômico e comercial *hors série* na história presente, a China, *self-made*

power, manifesta uma autonomia internacional crescente, acompanhada por uma moderação diplomática invejável, exceto a retórica habitual anticapitalista, própria da ideologia comunista dominante. As relações comerciais China – Estados Unidos representam o maior negócio mundial em termos de volumes e valores. Na maioria dos países desenvolvidos, a China é o maior parceiro comercial. O segundo lugar no mundo pelo PIB, ocupado pela China, deverá ser substituído dentro de uma ou duas décadas pelo primeiro lugar. As reservas monetárias chinesas ultrapassam US\$ 3 trilhões. A sua presença sente-se em muitos domínios em todas as regiões do mundo de desenvolvimento – desde a África, passando pela América Latina, até o Oriente Médio – do qual a China se posiciona como líder e em muitos dos quais substituiu os Estados Unidos e a União Europeia como maior parceiro comercial. A atuação da China na ONU, na OMC, suas posições no âmbito dos regimes internacionais são moderadas e cautelosas. Estes fatos poderiam ser avaliados como assuntos de admiração, se não fosse pelas atividades dinâmicas de armamento, fabricação de mísseis de longo alcance e transcontinentais, uma complacência com programas nucleares da Coreia do Norte e do Irã que começam a ser vistas com preocupação, como se refletissem uma ânsia hegemônica.

O editorial de *Caixin Weekly*, um importante magazine de economia e finanças, apresenta o papel de liderança econômica mundial da China como um desafio para a diplomacia chinesa: “As the world’s second-biggest economy, China can no longer ignore complex international situations. It must take the most of its resources to play a prudent yet proactive role in the world” (TALL, 2011, p. 4).

Comparações de cunho hegemônico começam a ser aplicadas à China não apenas porque historicamente o crescimento de poder das potências é associado com a mudança de *status quo* na política internacional, mas, sobretudo, por motivo das interpretações das intenções dos líderes chineses.

A comparação da China com a Alemanha do início do século XX, descartada como cenário improvável pelo autor do livro *On China* Henry Kissinger (2011, p. 382-390), demonstra a preocupação, sobretudo, dos analistas estadunidenses, com relação à perda das posições dominantes dos EUA e à ascensão global da China.

A “hegemonia chinesa rastejante” (RAMACHANDRAN, 2005, p. 3) tem sido vinculada ao crescente nacionalismo chinês, sobre o qual há um possível desacordo entre a cúpula do PCC, que prega publicamente cautela e a consecução de uma *paz harmoniosa*, e os militares, que vêm tencionando adaptar o potencial militar chinês à ascensão global da China e desejam pô-lo ao uso da expansão econômica e comercial (ЛУКИН, 2010).

Por outro lado, as manifestações eventuais de nacionalismo, amiúde confundidas com o fortalecimento da assertividade e da autoconfiança política e estratégia da China, poderiam ser mitigadas se se tratasse de uma potência democrática, que perseguisse seus interesses de acordo com as regras estabelecidas e cuja intencionalidade poderia ser nítida e transparente. Porém, o autoritarismo do regime atual chinês, combinado com um possível surto de nacionalismo de grande potência, é capaz de resultar em consequências mais sérias e imprevisíveis, se e quando, por exemplo, os interesses da expansão comercial, da demanda energética e da projeção estratégica enfrentassem uma resistência e um rechaço das “velhas hegemonias” ou mesmo dos parceiros dos BRICS.

Segundo Aaron L. Friedberg,

To sum up: China's current rulers do not seek preponderance solely because they are the leaders of a rising great power or simply because they are Chinese. Their desire for dominance and control is in large measure a by-product of the type of political system over which they preside. (FRIEDBERG, 2011, p. 25).

No contexto dos RICs, o fator das relações sino-russas também deve ser avaliado com mais precisão. O nível alto e a intensidade das relações não devem esconder problemas que surgem no seu âmbito e que demonstram tendências ambíguas na sua evolução. Os dois países compartilham visões de um mundo multipolar, que exclui a opção de uma hegemonia unilateral. Não estão inclinados a pensar que a estrutura mundial do poder precisa de uma mudança substancial, porque nesta estrutura eles ocupam posições destacadas dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Pelas razões internas, eles não veem com bons olhos considerações sobre a mudança de seus regimes e o separatismo. A Rússia apoia a política da China sobre o Taiwan, o Tibete e o Xinjiang, enquanto a China se solidariza com a política russa no Cáucaso do Norte. Embora a Rússia desempenhe um papel menor na política chinesa do que a China na política russa, os dois países precisam da parceria bilateral para poder contrabalançar relações de concorrência com os Estados Unidos e a União Europeia. Ao mesmo tempo, os líderes dos dois países entendem a necessidade das relações de parceria com o Ocidente, necessárias para a consolidação de seus *status* de grandes potências e por esta razão manifestam-se contra a criação de uma aliança militar antiocidental (ЖУКИН, 2009, p. 90-91).

A Rússia e a China são complementares no comércio: Rússia fornecendo armamentos e recursos naturais que a China não tem ou não pode conseguir em volumes necessários, a China – máquinas, equipamentos, automóveis e artigos de amplo consumo que a Rússia não produz. Porém, esta complementaridade atesta o nível industrial e tecnológico diferenciado e desigual entre a Rússia e a China, configurando uma cadeia de dependência estável entre o fornecedor de recursos e o produtor de bens manufaturados.

A questão estratégica militar não é um pomo de discórdia entre a Rússia e a China. O fato de a China não acompanhar o processo de

desarmamento nuclear não é um ponto de preocupação para a Rússia, que domina o espaço estratégico bicontinental, embora as sugestões da criação de um escudo antimíssil da Rússia junto com a OTAN contra o Irã provoque inquietudes na China, por causa da proximidade do Irã da China. Tampouco as negociações sextapartites sobre o programa nuclear da Coreia do Norte são objeto de controvérsias bilaterais, porque os dois países estão intencionados a solucionar esta crise de repercussões regionais para ambos.

Porém, há coisas que distinguem significativamente as suas atitudes na política internacional. Primeiro, os dois países abordam os problemas e promovem seus interesses de maneiras diferentes quando se trata das relações com os países ocidentais. A interdependência financeira e comercial dos dois países do Ocidente determina um comportamento moderado, mas diferenciado das duas potências em relação ao mundo euro-atlântico. Segundo, a Rússia e a China não têm obrigatoriamente os mesmos aliados e adversários. Isto pode ser dito da Índia, que mantém excelentes relações com a Rússia e não tão excelentes com a China. Terceiro, os dois países possuem uma disparidade enorme na economia, mas o que afeta a Rússia mais do que o desnível econômico é seu declínio demográfico. O calcanhar de Aquiles da Rússia - uma distribuição desigual dos recursos humanos na fronteira russo-chinesa com cerca de 10 milhões de russos no Extremo Oriente contra 100 milhões de chineses no Norte da China – faz com que se acalentam cenários de uma colonização rastejante do Extremo Oriente russo pela imigração lícita e ilícita chinesa.

A competição russo-chinesa na Ásia Central parece ser um torneio com o cenário anunciado. A insistência da Rússia em enfatizar as questões da luta comum contra o terrorismo e o narcotráfico vem perdendo sua atratividade para o alastramento do poder brando dos capitais chineses que começam a

entrar com força nos Estados da antiga União Soviética na Ásia Central para serem revertidos em fontes de recursos naturais da região. (FACON, 2010).

Resumindo, podemos dizer que a problemática euro-asiática dos RICs difere-se substancialmente da do IBSA, sendo que as posturas internacionais do Brasil e da África do Sul podem se aproximar às da Rússia, da China e da Índia muito mais em questões da política internacional e assuntos globais do que em assuntos que envolvam disputas e competições regionais onde interesses nacionais possam ser comprometidos.

A diplomacia brasileira atestando a existência desta relação dicotômica depara-se com uma opção na política externa: apostar na prioridade da parceria estratégica com os BRICS, e com a China em particular, ou manter parcerias como opções de peso relativamente igual no leque das negociações multilaterais em que o Brasil está envolvido.

Como escrevem Pedro da Motta Veiga e Sandra Polônia Rios sobre os BRICS, “os quatro países que formam os BRICS decidiram aproveitar o acrônimo para alavancar seu poder de barganha na cena internacional após a eclosão da crise financeira internacional em 2008” (VEIGA; RIOS, 2010, p. 15).

O fortalecimento dos BRICS no FMI tem sido visto com satisfação por todos os membros do FMI, demonstrando uma relativa correção da distribuição assimétrica de poder econômico e financeiro mundial. A crise financeira mundial e europeia, em particular, obriga os países a buscar paraísos de investimentos nos países dos BRICS, que, graças a sua estabilidade política e econômica, acumularam juntos os maiores reservas de divisas do mundo e atraem investimentos cada vez maiores.

Porém, os autores entendem que o principal foco dos BRICS é outro: “mais do que por interesses econômicos claramente definidos, a participação brasileira do grupo dos BRICS parece se explicar à luz da busca por maior

protagonismo na cena internacional e do objetivo de promover a redistribuição de poder econômico e político na esfera global” (VEIGA; RIOS, 2010, p. 15).

A aposta sobre o alinhamento incondicional com os BRICS, sobretudo com a China, seria proveitosa e atendendo aos interesses do Brasil? Vejamos os principais argumentos. Primeiro - a China e a Rússia, ao se reunirem após a cimeira de Sanya, não se pronunciam inequivocamente sobre a concessão ao Brasil do status de membro permanente no CS das Nações Unidas (COBMECTHOE, 2011, p. 1-2). Segundo - o Brasil, a África do Sul, a Índia e a Rússia representam parcelas não significativas no volume comercial global chinês, embora para a maioria deles o comércio com a China seja significativo ou primordial. Inclusive, apesar de volumes comerciais intra-BRICS estarem crescendo, em termos de valores, eles ainda estão em torno de US\$ 70 bilhões/ano, ou seja, 0,6% do valor do comércio global. Conclusão - a capacidade da influência que a China pode exercer sobre eles é muito maior do que a que eles podem exercer sobre a China. Terceiro - a estrutura de comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia, como subgrupo, por um lado, e a China e a Índia, como outro subgrupo, por outro, é assimétrica, tendendo a um modelo de dependência – commodities e recursos naturais *versus* equipamentos e produtos manufaturados. Finalmente, a competição chinesa e indiana em busca de recursos naturais na Rússia, na África e na América Latina resulta em um distanciamento entre os fornecedores de recursos e seus consumidores e um acirramento de concorrência entre os próprios usuários destes recursos.

Considerando o caso da China, as deficiências nas relações bilaterais Brasil-China estão apontadas pontualmente por Danielly Becard (2008), que se baseando na análise da história das relações sino-brasileiras, descortina problemas que em termos gerais caracterizam relações bilaterais de todos os parceiros dos BRICS com a China. A autora sublinha que o conceito de

parceria estratégica Brasil-China não recebeu o apoio irrestrito e unânime político chinês sobre as questões essenciais na agenda política brasileira; aponta o desequilíbrio estrutural do comércio bilateral e o atraso na desejável cooperação científica, tecnológica e militar; observa que os assuntos da reforma da estrutura do sistema internacional vigente ainda são pretéritos pela China, deslocando-se a atenção para questões desenvolvimentistas do Terceiro Mundo. Portanto, para ela, a parceria estratégica vem sendo ainda “cooperativa” do que estratégica.

O Plano de Ação Conjunta entre o Brasil e a China (2010-2014), firmado durante a visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à China, em 2010, amplia o campo da cooperação bilateral, mas coloca, talvez não sem insistência da China, o assunto da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas em um dos planos não-prioritários, depois da atuação conjunta nas Nações Unidas e na OMC, das negociações do G-20, do G-5 e dos BRICS, dentro do contexto dos direitos e dos interesses dos países em desenvolvimento e seus diálogos sobre temas internacionais de importância:

As duas partes concordam em prosseguir com a intensificação do diálogo e da cooperação em questões multilaterais, a fim de dar maior contribuição para a estabilidade, o desenvolvimento e a paz mundiais. Para esse fim, as duas partes: ...

(iv) conduzirão, tendo em vista a necessidade de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento, diálogos aprofundados e específicos sobre os seguintes temas internacionais de importância: a) reforma da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança; b) governança econômica global e reforma das instituições econômicas/financeiras internacionais; c) crise financeira internacional; d) negociações da Rodada de Doha da OMC; e) mudança de clima e proteção ambiental; f) segurança alimentar; g) segurança energética; h) Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; i) financiamento para desenvolvimento; j) controle de armas, desarmamento, não-proliferação; k) conflitos regionais (PLANO, 2010, p. 3-4).

Resumindo, seria cabível assinalar que a plataforma ideacional da aproximação dos BRICS, embora a ideia da correlação entre os BRICS se origine do estudo econômico da Goldman Sachs, não é econômica, mas axiológica. BRICS, uma rede transgovernamental de governança *ad hoc*, persegue no fundo o objetivo alternativo da reconstrução da ordem internacional que entrou em obsolência. O fato de acolher no seu grupo a África do Sul, incompatível com os outros BRIC em termos econômicos e populacionais, mas muito útil no sentido de representatividade de *alter* mundo, demonstra esta sua ânsia da mudança da estrutura da ordem mundial vigente, expressada pelos BRICS. No entanto, ainda há poucos sinais de um concerto de interesses tanto dos países em desenvolvimento, quanto dos desenvolvidos em torno dos propósitos dos BRICS. Isto é comprovado pela reação diferenciada referente ao alinhamento dos BRICS em 2011 no Conselho de Segurança da ONU em relação à situação na Líbia e na Síria. Mesmo que a questão dos direitos humanos seja preterida na pauta dos BRICS, o fato da protelação na emissão de visto a Dalai Lama, em outubro de 2011, pelas autoridades da África do Sul, que resultou na desistência do último da viagem, demonstra a existência de atritos latentes entre as potências democráticas e autoritárias no seio dos BRICS.

Há de se escutar a opinião dos críticos de que a diferença entre os valores comunitários e universais e certamente entre os interesses nacionais no âmbito do grupo BRICS poderá resultar em divergências e desentendimentos sobre o futuro do rumo do desenvolvimento mundial. Por enquanto, na etapa atual, a convergência dos interesses entre os atores emergentes é maior do que a divergência. Entendendo que tal situação não é eterna, cabe aproveitar-se dela a fim de corrigir graves disparidades no desenvolvimento político, econômico e social e fortalecer a governança global adaptando-a às mudanças históricas que ocorreram no mundo em consequência do fim da “Guerra Fria”. Porém, dizer que os BRICS norteiam o Brasil ao seu destino ainda seria prematuro.

Referências

- AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- BIANCHERI, Franck. *Crise mundial – En route pour le monde d'après*. France – Europe – Monde dans la décennie 2010-2020. Paris: Anticipolis, 2010.
- FACON, Isabelle. Le tandem sino-russe, un défi pour l'Occident? *Politique Internationale*. Paris, n. 127, p. 378-391, printemps 2010.
- FRIEDBERG, Aaron L. Hegemony with Chinese Characteristics. *The National Interest*, n. 114, p. 18-27, Jul.-Aug. 2011. Disponível em: <http://www.nationalinterest.org/> Acessado: 01 out. 2011.
- KAPLAN, Robert D. Obama takes Asia by sea. *The New York Times*, 11 nov. 2010. Disponível em: http://www.nytimes.com/2010/11/12/opinion/12kaplan.html?_r&emc1&pagew. Acessado: 11 nov. 2010.
- KISSINGER, Henry. *On China*. Penguin Books: London, 2011
- KRIPA, Sridharan. Prime Minister Wen Jiabao's Visit to India, 9 - 12 April 2005. *ISAS Insights*. Singapore, n. 1, 15 Apr. 2005. Disponível em: www.isas.nus.edu.sg. Acessado: 19 set. 2011.
- MOURA, Gilberto Fonseca Guimarães. O Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS): Concepção e Consolidação. In: ZHEBIT, Alexandre (org.). *BRASIL – Índia – África do Sul: emergência do Sul Global*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
- PLANO de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-aimprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da>. Acessado: 11 out. 2011.
- RAMACHANDRAN, Sudha. Sino-India ties marred by the 'P' word. *Asia Times online*. Hong Kong, 9 apr. 2005. Disponível em: http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/GD09Df04.html. Acessado: 20 set. 2011.
- ROCHEBLOINE, François; LEVENSON, Claude. Chine-Inde: L'enjeu Tibetain. *Politique Internationale*. Paris, n. 128, p. 425-436, été 2010.
- RUSKO, Christopher J.; SASIKUMAR, Karthika. India and China: From Trade to Peace? *Asian Perspective*. Portland, v. 31, n. 4, p. 99-123, 2007.

TALL stand on a global stage. Editorial. *Caixin weekly*. Beijing, Issue 28, 4 apr. 2011.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polônia. A política externa brasileira sob Lula: o fim do “Consenso de Brasília”? *CEBRI Artigos*. Rio de Janeiro, ano 5, v. 3, jul.-set. 2010.

VOLODIN, Andrei. China and India: partners and rivals - a Russian expert's view. *Russia & India report*. Disponível em: http://indrus.in/articles/2010/05/12/china_and_india_partners_and_rivals_a_russian_experts_view.html. Acessado: 15 maio. 2010.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo num mundo multipolar? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 46, nº 1, 2003, p. 153-181

ZHEBIT, Alexander. Desafios estratégicos para a Rússia. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v. 20, n.43, p. 37-71, jan.-dez. 2004.

ZHEBIT, Alexander. BRIC: uma emergência global das novas potências. In: *V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: O Brasil no mundo que vem aí*. Brasília: FUNAG, 2010. (Textos acadêmicos).

Em idioma russo

АЛЕКСЕЕВ, А.Ю. Российско-индийские отношения сегодня и завтра. *Международная жизнь*, №1-2, 2006, с. 106-118.

ВЭНЬ ЦЗЯБАО о китайско-индийских отношениях. По материалам Агентства Синьхуа, 11 abr. 2005. Disponível em: <http://russian.china.org.cn/russian/167802.htm> Acessado: 06 ago. 2007.

ДАВЫДОВ В.М., БОБРОВНИКОВ А.В. Роль восходящих гигантов в мировой экономике и политике (шансы Бразилии и Мексики в глобальном измерении). М., ИЛА РАН, 2009.

ИНДИЯ готовится к войне. На два фронта... *Правда.ру*, 1.02.2010 Disponível em: <http://www.prawda.ru/world/asia/southasia/01-02-2010/1010406-0/#>. Acessado: 18 set. 2011.

ЛУЗЯНИН, С.Г. Восточная политика Владимира Путина. Возвращение России на «Большой Восток» (2004-2008 гг.). Москва: АСТ: Восток-Запад, 2007.

ЛУКИН, Александр. «Китайская мечта» и будущее России. *Россия в глобальной политике*. № 2 Март/Апрель 2010. Disponível em: <http://www.globalaffairs.ru/number/Kitaiskaya-mechta-i-budushee-Rossii-14857>. Acessado: 19 jun. 2010.

ЛУКИН, Александр. Российско-китайские отношения: не ослаблять усилий. *Международная жизнь*, № 11, 2009, с. 89-105.

МАРТЫНОВ, Б.Ф. БРИК и деградирующий миропорядок. *Латинская Америка*, № 5 (2008), с. 4-20

МАРТЫНОВ, Б.Ф. Бразилия – гигант в глобализирующемся мире. М.: Наука, 2008. Глава двенадцатая. Страны БРИК и глобальное регулирование, с. 259-314;

РОССИЯ — КИТАЙ — ИНДИЯ: НОВЫЕ ВЫЗОВЫ И УГРОЗЫ XXI ВЕКА Disponível em: http://asiapacific.narod.ru/countries/apr/russia_india_china.htm. Acessado: 29 dez. 2011.

СОВМЕСТНОЕ заявление Российской Федерации и Китайской Народной Республики по текущей ситуации в мире и основным международным вопросам. 16 июня 2011 г. Disponível em http://russian.china.org.cn/news/txt/2011-06/17/content_22803091.htm. Acessado: 12 set. 2011.

СТЕНОГРАММА выступления и ответов на вопросы СМИ Министра иностранных дел России С.В.Лаврова на совместной пресс-конференции по итогам министерского заседания РИК, г.Ухань, 15 ноября 2010 года. Disponível em : <http://www.mid.ru/> . Acessado: 19 set. 2011.

ШАНХАЙСКАЯ организация сотрудничества, взаимодействие во имя развития / Сост.: А.Ф. Клименко. М.: Ин-т Дальнего Вост РАН, 2006

(Artigo corrigido conforme comentários de pareceristas em 09 de janeiro de 2012 - AZ).